

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
BIBLIOTECA PROF. BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA
“INFORME SEBIB Nº 13/13”

A Seção da Biblioteca recebeu os seguintes periódicos:

REVISTA DIALÉTICA DE DIREITO TRIBUTÁRIO – Nº 215 – ago/2013
SUMÁRIO

- O ITCMD incidente sobre doação em pecúnia: início do prazo decadencial. Conflito entre o Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro e o Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo – *Alexandre Coutinho da Silveira*
- Penhora eletrônica nas execuções fiscais: limites normativos – *Caio Augusto Takano*
- A penhora de ativos financeiros em execuções fiscais – conteúdo do art. 185-A do Código Tributário Nacional e o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça – *Carlos Soares Antunes*
- A não cumulatividade e a necessidade de estorno de créditos de ICMS decorrentes de benefícios fiscais – *Célio Lopes Kalume e Onofre Alves Batista Júnior*
- Bens baixados por obsolescência. Estorno ou manutenção de créditos de IPI, PIS, Cofins e ICMS – *Daniel Augusto Hoffmann*
- A impossibilidade de modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade da base de cálculo do PIS/Cofins - importação – *Diego Caldas R. de Simone*
- IPTU e ITR - não incidência sobre o domínio útil e a posse de imóvel – *Daniel Sales Seoane*
- Dúvida, empate no julgamento e interpretação mais favorável ao contribuinte – *Fábio Martins de Andrade*
- Reflexões sobre créditos de PIS e Cofins calculado sobre fretes de vendas na sistemática não cumulativa – *Fernando Drummond Parisi*
- Não incidência do Imposto de Renda sobre juros de mora – *Hugo de Brito Machado*
- O diferimento do tributo, sua multiplicidade de espécies jurídicas e o posicionamento de nossos tribunais superiores – *Jorge Sylvio Marquezi Júnior*
- A sujeição ativa tributária no âmbito do ISQN, de conformidade com o entendimento consolidado do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, consubstanciado no Recurso Especial nº 1060.210/SC – *Marcelo Fróes Del Florentino*
- Breves considerações sobre o Plano de Assistência Social: seu caráter tributário e sua não recepção pelo atual texto constitucional – *Pedro Guilherme Modenese Casquet*
- A insegurança jurídica tributária que ameaça a atividade de securitização de créditos empresariais – *Ricardo Anderle*
- A industrialização sob encomenda e as orientações da Receita Federal do Brasil sobre o cabimento de incidências simultâneas do ISS e do PIS sobre essa operação – *Walmir Luiz Becker*
- Títulos de capitalização, cuja comercialização por entidades de assistência social sem fins lucrativos, tem os resultados, deduzidas as despesas, destinadas exclusivamente a seus objetivos sociais - imunidade tributária das receitas – *Ives Gandra da Silva Martins*

REVISTA SÍNTESE – DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL – Nº 80 - jun-jul/2013
SUMÁRIO

- PEC 37/2011: a Monopolização Ilegítima (e Incoerente) da Atividade Investigatória – *Antonio Marques Cavalcante Neto*
- Proposta de Emenda Constitucional nº 37 e Outros Ataques ao Ministério Público e à Democracia Brasileira – *Rodrigo Alves Barcellos*
- O Poder Investigativo do Ministério Público na Seara Criminal e a PEC 37/2011 – *Cynthia Veras Godeiro*
- Incompatibilidade entre a Justiça Restaurativa e o Instituto da Transação Penal – *Hugo Leonardo Rodrigues Santos*
- O Reconhecimento da Insignificância em Relação aos Delitos contra a Ordem Tributária e Estelionato contra a Fazenda Nacional – Uma Justificativa Utilitarista para a Adoção de Igual Parâmetro – *Adriane Pinto Rodrigues de Fonseca Pires*
- Crimes de Colarinho Branco e a Formação do Direito Penal Secundário: os Desafios da Política Criminal Contemporânea – *Marcelo Marcante Flores*
- Condenação Penal de Agentes Públicos: Pressuposto para a Afirmação da Dignidade da Pessoa Humana no Estado de Direito Democrático Brasileiro? – *Leonardo Oliveira Soares*
- Bem Jurídico e Direito Penal: Reflexões sobre a Criminalização e os Seus Limites – *Fernanda Grossi Severino*

REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO – RBDP – Nº. 41 – abr/jun 2013
SUMÁRIO

- Nepotismo em cargo político-administrativos – *Paulo Modesto*
- Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) – Para uma interpretação constitucional do pedido de acesso – *Juliano Heinen*
- Conceitos jurídicos indeterminados e delimitação concreta da discricionariedade administrativa no pós-positivismo – *Irene Patrícia Nohara*
- Parâmetros para uma decisão racional em casos de judicialização de políticas públicas - *Anderson Sant'Ana Pedra*
- O direito fundamental à alimentação e sua proteção jurídico-internacional – *Oswaldo Ferreira de Carvalho*
- Presunção de legitimidade – Nem sempre é como diz o guarda da esquina – *Durval Carneiro Neto*
- O direito à propriedade de comunidades indígenas - um estudo comparativo da Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e da Corte Interamericana de Direitos Humanos – *Ana Paula Guarisi Mendes Levada*
- O conflito de atribuições entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público dos Estados – O Supremo Tribunal Federal volta a discutir a questão depois de posição já consolidada – *Rômulo Moreira*

- O arranjo institucional da indústria do petróleo no âmbito dos contratos de partilha de produção – *Gustavo Kaercher Loureiro*

- A inconstitucionalidade do art. 76 do Código Estadual do Meio Ambiente do RS por ofensa à livre-iniciativa e ao livre exercício profissional e por contrariedade à verticalidade das normas federais – *Guilherme Franzen Rizzo*

Os exemplares estão disponíveis para consulta dos interessados

Salvador, 21 de agosto de 2013